

Espaço em desatino: discursos sobre a loucura

Gabriel Granado e Sá

Orientador: Prof. Dr. Celso Lomonte Minozzi (FAU-MACK).

Pesquisa: Trabalho de Conclusão de Curso, FAU-MACK, 2019.

O objetivo deste ensaio¹ é analisar a instituição e o discurso psiquiátrico no espaço manicomial, entendendo as narrativas e a articulação de diversos campos do conhecimento que permeiam a arquitetura, sobretudo na formação de subjetividades, para formular uma crítica das práticas políticas. Para isso, utilizamos como base teórica a análise de Michel Foucault sobre a instituição manicomial e as estruturas de poder. A apreciação de três objetos embasa o ensaio: o conto "O Alienista", de Machado de Assis, o Hospital-Colônia de Barbacena e o Museu das Imagens do Inconsciente, antigo Centro

Terapêutico Dom Pedro II. As análises têm como objetivo pensar a arquitetura para além da construção e de uma resolução funcionalista da vida humana, evitando um discurso reducionista e ingênuo. O espaço produzido é influenciado por diversos agentes que nele atuam, como também produz indivíduos e suas subjetividades. Os relatos e propostas de artistas, médicos, psiquiatras e dos próprios sujeitos considerados loucos revelaram os diferentes agentes e efeitos que atuam em uma instituição manicomial e quais possibilidades de realidade ela é capaz de criar.

Space in a state of derangement: discourses on madness

This essay aims to analyze the psychiatric institution and the discourse within the mental asylum. The goal is to understand the narratives which permeate the architecture, mainly the formation of subjectivities, and how architecture articulates diverse fields of knowledge to formulate a critique of political praxis which architecture materializes. To this end, Michel Foucault's analysis on mental asylums and also on the structure of power were used as the theoretical base. Furthermore, three objects of study support this essay: the novel "The Alienist" written by Machado de Assis, the Barbacena's Hospital and the Museum of the Unconscious Images, former Therapeutic Center Dom Pedro II. The objective of analysis is to think architecture apart from just as a technique of construction, a functionalist resolution of the human life, avoiding a naive and reductionist discourse. The produced space is influenced by several agents that act in it, as well as it produces individuals and their subjectivities. Accounts and proposals from artists, doctors, psychiatrists, and the people who are considered mad can reveal the different agents and effects that operate in an asylum and the possibilities of reality an institution is capable to create.

Espacio en desatino: discursos sobre la locura

El objetivo del ensayo es analizar la institución psiquiátrica y sus discursos constituidos en el espacio manicomial, entendiendo las narrativas y la articulación de diversos campos del conocimiento que permean la arquitectura, sobre todo en la formación de subjetividades, para formular una crítica de las prácticas políticas. Para eso, se ha utilizado como base teórica el análisis de Michel Foucault la institución manicomial y también sobre las estructuras del poder. La apreciación de tres objetos basa el ensayo: el cuento "El Alienista", de Machado de Assis, el Hospital de Barbacena y el Museo de Las Imágenes del Inconsciente, antiguo Centro Terapéutico Dom Pedro II. Los análisis tienen el objetivo de pensar la arquitectura para más allá de la construcción y de una resolución funcionalista de la vida humana, evitando un discurso reducionista e ingenuo. El espacio producido es influenciado por distintos agentes que en él actúan, como también produce individuos y sus subjetividades. Los relatos y propuestas de artistas, médicos, psiquiatras y de los propios sujetos considerados locos han revelado los diferentes agentes y efectos que actúan en una institución manicomial y cuáles posibilidades de realidad ella es capaz de crear.

PODER E LOUCURA

O que é a loucura e o sujeito que a configura, o louco? Quais os limites da normalidade e como ela é construída dialeticamente com a ideia da sanidade ao longo da história? Qual lugar o sujeito-louco ocupa na sociedade? Para se pensar sobre a loucura e sua relação com o espaço, seja físico ou social, é importante reconhecer conceitos éticos e epistêmicos que a caracterizam.

Michel Foucault foi um importante historiador e filósofo francês que estudou, dentre outros temas, as questões referentes à loucura. Sua obra mais conhecida sobre o tema é "A História da Loucura" (1972) na qual Foucault investiga a enunciação da loucura, sobretudo com a condenação ética que construiu um discurso de exclusão dos loucos, assim como o espaço que deveriam habitar, o manicômio. Esse tipo de espaço produz um discurso sobre a loucura e constrói o indivíduo que é louco, mas também o seu oposto, o discurso da normalidade, já que normais são aqueles que não habitam os manicômios.

Foucault elabora ainda nessa obra três ideias norteadoras para sua metodologia em uma tentativa de compreensão da realidade: primeiramente, as formas do saber que levaram à criação de uma ideia de verdade sobre o sujeito e que categorizam as paridades entre o normal e a alteridade; em seguida, as origens da normatividade dos comportamentos; e, por fim, os modos de existências do sujeito resultantes dos processos anteriores e que constroem a subjetividade do indivíduo (FOUCAULT, 2010). As formas de saber dizem respeito ao conceito de "veridicção": um regime do estabelecimento do que é verdadeiro e falso, que organiza e configura os elementos centrais dos saberes, em que práticas discursivas se constituem como estatuto de verdade. A "veridicção" determina qual regime de verdade foi instaurado anteriormente e,

portanto, possui um impacto político, sendo possível reconhecer em cada época quais as práticas políticas que desencadeiam os processos de formação de subjetividades e práticas de poder:

Assim, o par "séries de práticas/regime de verdade" forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real o que não existe e submete-o legitimamente a demarcação do verdadeiro e do falso. (FOUCAULT, 2004, p.27).

O comportamento dos indivíduos é normatizado por uma mentalidade de governo das condutas, Foucault chamou esse conceito de "governamentalidade". Trata-se de um neologismo criado a partir da junção dos termos "governo" e "mentalidade" e diz respeito ao processo de "condução da conduta" dos indivíduos, um campo de relações de poder, que define os preceitos norteadores para a ação dos indivíduos (FOUCAULT, 2004).

A "condução da conduta" se dá no espaço, pelo fato de que nele os comportamentos bons ou ruins são positivados ou negativados, seja por meio de barreiras físicas ou por repressão de comportamentos. Os espaços de exclusão no território do Estado, como os manicômios, hospitais e prisões, caracterizam a função política que eles mesmos possuem: subtraem, adestram, disciplinam, incluem, excluem, incluem excluindo e excluem incluindo. Tornam visível o que deve ser visível e determinam qual deve ser a resposta do indivíduo (RITTER, 2014).

O modo de ser do sujeito, moldado pelos princípios da "veridicção" e da "governamentalidade", é resultado de como o indivíduo se compreende, qual lugar ele ocupa na sociedade, e qual subjetividade é construída a partir deste local. Assim, os sujeitos são compreendidos por parâmetros de uma subjetividade hegemônica que permite que sejam incluídos quando atendem às exigências

normativas de um princípio de verdade e de comportamento, ou excluídos pelos níveis de alteridade em relação ao estabelecido como normal. Na análise da loucura, Foucault relata como empregou esses três princípios para compreendê-la:

Era, isso sim, procurar estudar a loucura como experiência no interior da nossa cultura, reapreender a loucura, primeiro, como um ponto a partir da qual se formava uma série de saberes mais ou menos heterogêneos, cujas formas de desenvolvimento deviam ser analisadas: a loucura como matriz de conhecimentos, de conhecimentos que podem ser de tipo propriamente médico, de tipo também especificamente psiquiátrico ou de tipo psicológico, sociológico, etc. Segundo, a loucura, na medida mesma em que é forma de saber, também era um conjunto de normas, normas que permitiam decupar a loucura como fenômeno de desvio no interior de uma sociedade e, ao mesmo tempo, igualmente normas de comportamento dos indivíduos em relação a esse fenômeno da loucura e em relação ao louco, comportamento tanto dos indivíduos normais como dos médicos, grupos psiquiátricos, etc. Enfim, terceiro: estudar a loucura na medida em que essa experiência da loucura define a constituição de certo modo de ser do sujeito normal, perante e em relação ao sujeito louco. (FOUCAULT, 2010, p.5).

Os processos relatados anteriormente são fatores fundamentais para a prática da "biopolítica", conceito definido por Foucault como gestão estatal da vida, que percebe a população como seres com características biológicas específicas que coexistem e devem ser regulados para atingir uma eficiência produtiva. A biopolítica instrumentaliza a vida humana, cuidando dos indivíduos úteis e abandonando os inúteis, um princípio da política moderna

que se consolidou com a hegemonia do neoliberalismo (FOUCAULT, 2004).

O controle é a base do espaço biopolítico, principalmente em relação à circulação de pessoas e mercadorias, o que condiciona a liberdade ao poder econômico, sujeitando-a ao controle e intervenção que regula sua proporção. O mecanismo da biopolítica de proteger a sociedade dos sujeitos que considera inúteis e perigosos, se dá pela destruição deles com o objetivo de manter a prosperidade do único viver considerado legítimo (RITTER, 2014).

A sociedade disciplinar, resultante dos processos da biopolítica, emprega técnicas para atingir sua eficiência, dentre as quais está a exclusão não apenas do louco, mas também do pobre, do doente e do criminoso, dos que estão à margem dos sistemas econômicos. Os critérios de normalização dos sujeitos são definidos segundo interesses de estruturas socioeconômicas que, por meio de delimitação de padrões oficiais de instituições, determinam a polarização entre inclusão normalizadora e exclusão social.

O enquadramento, outra técnica disciplinar da biopolítica, trata-se de um conjunto de punições por métodos de vigilância, controle e olhares para prever e coibir comportamentos não desejáveis dos indivíduos. A punição institui a culpa, além de moralizar e corrigir as práticas, por meio da fragmentação do espaço para disciplinar os corpos individualmente.

Nas sociedades disciplinares, o poder sobre a vida busca preservá-la até o momento que for economicamente valorosa. Mas essa preservação é estabelecida por meio de um modelo a ser seguido, uma organização e uma vigilância para que o sujeito se enquadre na sociedade projetada em resposta a um sistema econômico. O domínio no espaço das dinâmicas do biopoder e as práticas de disciplina da circulação fazem com que o espaço seja histórico e político.

Essa sociedade disciplinar exerce seu poder pelo controle que as instituições possuem sobre os indivíduos. O modelo de gestão de vida é estabelecido pela negatividade, pela proibição e obediência dos sujeitos. Byung-Chul Han, filósofo teuto-coreano, diz que a sociedade disciplinar aponta para um paradigma imunológico, em que o objeto de defesa é o estranho. Uma guerra declarada à diferença, na qual este outro, mesmo que não tenha qualquer intenção hostil, é eliminado devido sua alteridade:

A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. O verbo modal negativo que a domina é o não-ter-o-direito. Também ao dever inere uma negatividade, a negatividade da coerção. (HAN, 2010, p.24).

As instituições, como ferramentas das práticas de biopoder, estabelecem os métodos de coerção dos sujeitos para regulá-los, com objetivo de torná-los mais produtivos. Caso contrário, são internados, presos, excluídos e atacados em uma lógica social militarizada. A arquitetura pode ser definida como a encarnação simbólica da ordem social, com a intenção de organizar de modo coerente a imagem da sociedade por meio de conjuntos urbanos e edifícios. São também dispositivos de imposições aos sujeitos e os principais alvos em tempos de revolução, como a Bastilha, cuja queda é um marco da Revolução Francesa. A arquitetura e seus monumentos camuflam o ser social e as práticas de poder que fundam e regem a sociedade (WISNIK, 2018).

Pode-se dizer que o ser social e as práticas de poder estão presentes nos artefatos humanos, da construção arquitetônica aos objetos artísticos. Como produção que influi sobre a subjetividade dos indivíduos, as obras de arte são objetos pelos quais é possível compreender a sociedade de determinado local geográfico e histórico. A seguir, será analisada a obra "O Alienista", de Joaquim Maria Machado de Assis, como instrumento para compreensão do contexto brasileiro no final do século XIX, da chegada das ideias positivistas do início da psiquiatria.

"O ALIENISTA"

A obra "O Alienista" é uma narrativa impessoal com características do realismo e com uma análise psicológica dos personagens. O texto é uma crônica da casa de alienados de Itaguaí e retrata as experiências da medicina sobre a mente humana em busca de uma definição por meio da razão. Machado de Assis narra de uma perspectiva crítica e irônica, comum a outras narrativas do autor, os ideais do positivismo e seu objetivo de uma regeneração social e moral por meio da ciência.

A crítica de Machado de Assis à razão está relacionada ao contexto histórico e geográfico em que ele se encontrava. Durante o final do século XIX, no Rio de Janeiro, eram fundadas instituições ligadas a ideias de uma medicina social que normatizaria o comportamento humano, e assim serviria aos interesses biopolíticos do Estado.

O personagem central da trama, o Dr. Simão Bacamarte, é um cientista que mora na vila de Itaguaí. Ele serve como alegoria do indivíduo iluminista, cego perante a luz da razão e de sua arrogância. Isso se expressa no conto pelas constantes alternâncias entre diversas teorias formuladas por Simão Bacamarte, cuja base é um discurso vazio, porém legitimado pelo poder conferido à profissão de médico, amparado pelas concepções higienistas pseudo-científicas e, portanto, protegido de qualquer questionamento sobre sua validade.

Nesse sentido, a palavra aparece no conto como instrumento de persuasão, poder inquestionável, reconhecido e legitimado. Característica essa, por excelência, ao saber médico-psiquiátrico do século XIX, que antes de conhecer a loucura a domina. (CORBANEZI, 2006, p.52).

As formulações e reformulações das teorias de Simão Bacamarte sobre a loucura são sequentes ao longo do conto-novela, a ponto de se contradizerem. As palavras do médico tornam-se vazias ao longo da constatação da profundidade do tema: "A loucura, objeto de meus estudos,

era até agora uma ilha perdida no oceano da razão, começo a suspeitar que é um continente" (ASSIS, 2003, p.29).

No final do conto, o alienista chega à conclusão de que ele próprio é o único louco que habita Itaguaí. Entende que não havia curado as centenas de internos do Hospício Casa Verde, mas que ele próprio era o único alienado da cidade e se tornou seu único objeto de estudo:

Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco além dele em Itaguaí. (ASSIS, 2003, p.60).

Ao desviar a crítica e subverter a organização do poder, Machado de Assis analisa o agente detentor do poder hegemônico e legitimado, o médico, ao invés do paciente, em um momento que a psiquiatria se tornava uma instituição social e politicamente consolidada. A Casa Verde era sede institucional que materializava e construía o discurso sobre a loucura e, por sua vez, sobre a normalidade: quem nela estava era louco, portanto, os de fora eram os normais.

As teorias de Bacamarte levavam à exclusão desses indivíduos a fim de se construir um parâmetro moral e de encontrar uma suposta cura aos desviados de caráter. Entretanto o isolamento que o médico se colocava em prol de sua obstinação, a ciência, o tornava alienado de quaisquer outros assuntos. O alienista, na solidão de sua razão e de sua instituição excludente, era ele próprio um alienado.

O discurso de uma veridicção moralizadora sobre a loucura construída pela psiquiatria, alvo da crítica machadiana, perpetuou na sociedade brasileira com desdobramentos políticos e econômicos. As práticas biopolíticas de exclusão e enquadramento em massa de sujeitos são encontradas em diversos hospitais-colônia pelo Brasil, em especial, no caso do Hospital-Colônia de Barbacena.

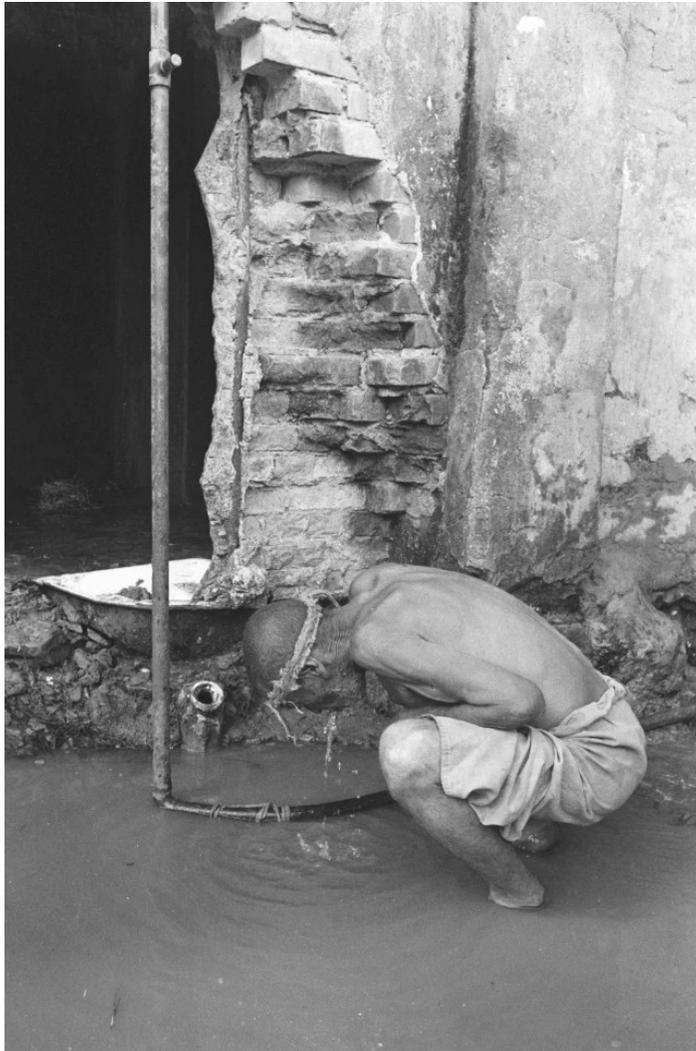
BARBACENA

Um exemplo de práticas disciplinares sobre a loucura foi o Hospital-Colônia de Barbacena, caso relatado pela jornalista Daniela Arbex, que conta sobre pelo menos 60 mil mortes, de 1903 até o final dos anos 1980, quando a instituição foi fechada por conta das inúmeras denúncias.

Os indivíduos, em sua maioria, eram internados à força, levados de trem sem passagem de volta. Eles perdiam seus nomes, tinham suas cabeças raspadas e roupas arrancadas, ou seja, uma redução máxima do que caracterizava o indivíduo e sua subjetividade.

Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças. (ARBEX, 2013, p.14).

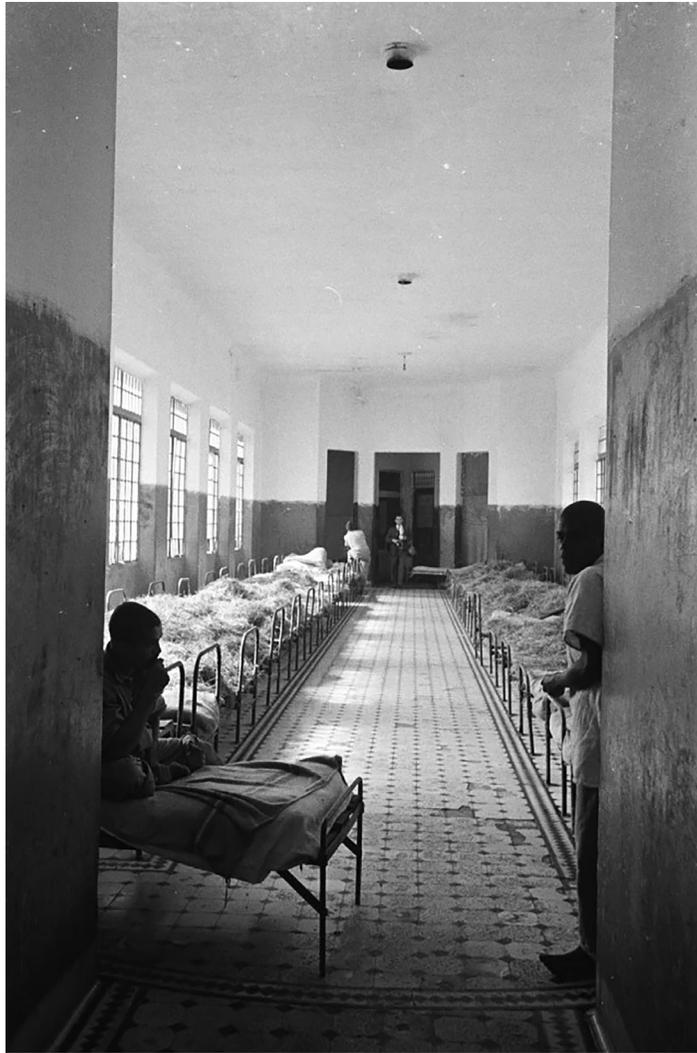
As condições eram as piores possíveis, o excedente de internos fazia com que espaços projetados para duzentas pessoas abrigassem cerca de cinco mil. Os recursos eram escassos, os prisioneiros desse campo de concentração por vezes comiam ratos, bebiam esgoto e urina, dormiam em amontoados de capim. Eram mantidos sem roupas mesmo com temperaturas abaixo de 8°C e, para se aquecer, dormiam em rodas e alternando entre o lado de fora e de dentro, mas muitos não chegavam vivos ao dia seguinte (ARBEX, 2013).



Os registros do fotógrafo Luiz Alfredo, realizados durante uma visita ao hospital em 1961, foram fundamentais para documentação e denúncia dos maus tratos que os internos de Barbacena sofriam. As fotos revelam a condição de abandono de seus corpos e a precariedade de saneamento e infraestrutura em uma instituição que, ironicamente, zelava pela saúde e bem-estar.² Ambos os trabalhos mostram que o Hospital de Barbacena não buscava a cura ou a melhora de seus pacientes, mas era sim um espaço de dominação e aprisionamento, uma sentença de confinamento em que o juiz e algoz são uma moral opressora sob uma máscara de cientificismo médico.

Os tratamentos de choque eram aplicados como castigo físico ou por pessoas sem preparo, com uma intensidade e voltagem tão alta que levou muitos à morte, além de derrubar a rede de energia do município. Mas o hospital e os loucos eram fonte de renda para o município: além de atraírem verba pública, eram mão de obra escrava para infraestrutura em Barbacena, e até mesmo os cadáveres geravam lucro em vendas ilegais. Estima-se que 1.853 corpos foram vendidos para faculdades do país. Quando houve uma saturação do mercado de cadáveres, estes eram dissolvidos em ácido, nos pátios, na frente dos demais pacientes, para que os ossos pudessem ser negociados.

Essas ações de enquadramento, repressão e extermínio foram usadas para atender uma demanda econômica, mas também política. Como contrapartida por Barbacena ter perdido a disputa com Belo Horizonte para ser capital de Minas Gerais, o Hospital atendeu a interesses políticos, aqueceu a economia do município pelo aumento de demanda de consumo proporcional ao aumento da população. Novos postos de emprego no hospital eram trocados por votos pelos coronéis da política mineira, em uma política de curral eleitoral, e atraíam pessoas de fora para Barbacena.



Até a década de 1980, dezenove dos vinte e cinco hospitais psiquiátricos de Minas Gerais estavam no corredor de Barbacena, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Os três municípios concentravam 80% dos leitos de saúde mental do Estado. A comercialização da saúde mental mantinha os números de internamento elevados. O parâmetro da Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece uma referência de três internamentos para cada mil, mas um levantamento de 1979, do setor de saúde psiquiátrica de Minas Gerais, revelou sete internamentos para cada mil. A cada duas consultas e meia, uma pessoa era hospitalizada no estado.

A confluência de interesses políticos e econômicos com a saúde pública, sobretudo na questão da saúde mental, que fora cooptada por setores moralistas e higienistas da sociedade, transforma a arquitetura em espaços biopolíticos para que se lucre, financeira ou politicamente, sobre esses indivíduos marginalizados. A aglomeração, o encarceramento e a exploração desses corpos, vivos ou mortos, retratam a capacidade de destruição do espaço construído.

O caso tratado a seguir, do atual Museu de Imagens do Inconsciente, mostra as possibilidades de mudanças no modo de agir e pensar da prática psiquiátrica, como exemplo de clínica humanizada, um espaço de cuidado e escuta dos sujeitos em transtorno psíquico.



MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE

O Centro Terapêutico Dom Pedro II, no Engenho de Dentro, foi criado para abrigar parte da população de internos que lotava o Hospício Dom Pedro II (já em decadência), primeiro hospital psiquiátrico no Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nise da Silveira, médica psiquiatra brasileira atuante no Centro Terapêutico, era contrária aos tratamentos invasivos e agressivos hegemônicos na psiquiatria. Em resposta, iniciou um ateliê de pintura no setor da Terapêutica Ocupacional, que despertou interesse científico e artístico na segunda metade da década de 1940.

O trabalho da médica com grupos de esquizofrênicos possibilitou que esses indivíduos se expressassem, por meio da pintura, sobre seu mundo interno, uma produção das imagens de seu inconsciente:

Se "as imagens tomam a alma da pessoa", entende-se a necessidade de destacá-las tanto quanto possível do roldão invasor. Pintar seria agir. Seria um método de ação adequado para defesa contra a inundação pelos conteúdos do inconsciente. (SILVEIRA, 2015, p.15).

Apesar da personalidade desagregada dos esquizofrênicos, as pinturas revelavam a "existência de uma pulsão configuradora de imagens sobrevivendo" (SILVEIRA, 2015), por meio de uma volumosa quantidade de produção em contraposição às atividades reduzidas fora do ateliê. A função do ateliê, para Nise, era gerar oportunidades de expressão do inconsciente interpretado, que levaria então à ressocialização, uma comunicação do sujeito imerso em si.

Para além da função clínica, as artes produzidas no ateliê se destacavam como obras de excelência, o que impressionou Almir Mavigner, pintor e artista gráfico alemão de origem brasileira e colaborador no ateliê. Pela proximidade com outros artistas e pelo impacto que as obras tinham sobre ele, o artista organizou duas exposições nos primeiros anos do ateliê. A primeira foi no prédio do Ministério da Educação, em fevereiro de 1947, e a segunda no Museu de Arte Moderna de São

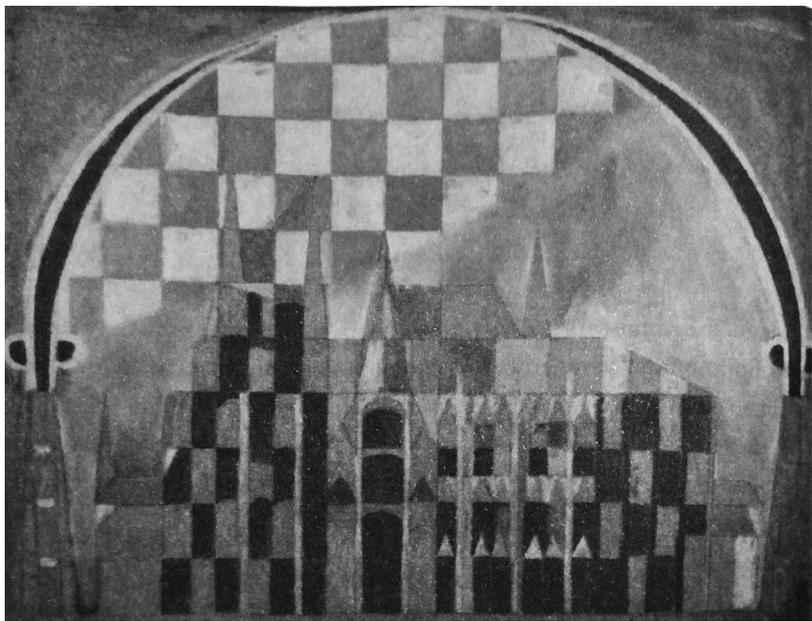
Paulo, em outubro de 1949. Mário Pedrosa, crítico de arte pernambucano, escreveu para o Correio da Manhã:

Uma das funções mais poderosas da arte — descoberta da psicologia moderna — é a revelação do inconsciente, e este é tão misterioso no normal como no chamado anormal. As imagens do inconsciente são apenas uma linguagem simbólica que o psiquiatra tem por dever decifrar. Mas ninguém impede que essas imagens e sinais sejam, além do mais, harmoniosas, sedutoras, dramáticas, vivas ou belas, enfim constituindo em si verdadeiras obras de arte. (PEDROSA apud SILVEIRA, 2015, p.17).

Nise da Silveira reconhece que o clamor de críticos de arte pela produção plástica dos esquizofrênicos era maior que dos colegas psiquiatras, que, em sua maioria, não aceitaram o valor artístico e insistiam que as pinturas eram reflexos de sintomas e da ruína psíquica de seus autores. Como contraponto a essa ideia, a médica cita o filósofo e psiquiatra alemão Karl Theodor Jaspers, que em seu livro sobre o artista holandês Vincent Van Gogh (1853-1890) discorre justamente sobre o interesse na produção artística para além de uma análise clínica:

Parece-me que uma íntima fonte da existência abre-se diante de nós por um instante, como se viesse de profundezas ocultas, revelando-se diretamente. Existe aí uma vibração que não podemos suportar por muito tempo e da qual procuramos nos subtrair; esta vibração não nos leva a assimilar o elemento estrangeiro, mas a transformá-lo numa modalidade outra, mais a nosso alcance. Isso é extremamente excitante, mas não é nosso mundo; surge daí uma interrogação radical, um apelo que se dirige a nossa própria existência. Seu efeito é benéfico, provoca em nós uma transformação. (JASPER apud SILVEIRA, 2015, p.16).

A reflexão sobre a produção de arte e o discurso político sobre a loucura foi protagonizada pelo pintor francês



Jean Dubuffet (1901-1985), que criou o conceito de "Art Brut" (Arte Bruta) ou "Arte Incomum"; aquela que é relativa a produções de indivíduos que não seguem normas ou mimetizam modelos canônicos da Arte:

Assistimos nela a operação artística toda pura, bruta, reinventada por completo em todas as suas fases pelo seu autor, apenas a partir de seus próprios impulsos na qual somente se manifesta a função da invenção. (PASSETTI, 2009, p.153).

Para Pedrosa, os artistas do Engenho de Dentro superam, assim como na Arte Bruta, as convenções acadêmicas e a busca de uma representação presa a uma "visão naturalista e fotográfica. Em nenhum deles as receitas de escolas são levadas em consideração" (PEDROSA apud SILVEIRA, 2015, p.18).

Em 1952, foi inaugurado o Museu de Imagens do Inconsciente para abrigar o crescente número de obras dessa categoria e se tornar um museu vivo para estudos e pesquisas na área. O estudo das imagens é fundamental para acompanhar os casos clínicos e para que o museu não se torne um acervo morto, para contemplação, mas ativo com função médica, artística e social.

Em 1981, foram expostas obras de Arte Bruta na XVI Bienal de Arte de São Paulo, com curadoria do poeta britânico e *marchand* Victor Musgrave. A exposição contou com obras estrangeiras e nacionais, em sua maioria de artistas do Museu das Imagens do Inconsciente, como Antônio Poteiro, Fernando, Gabriel dos Santos, Carlos Pertuis, Geraldo Telles de Oliveira (GTO) e Emygdio de Barros.

O quadro de Carlos Pertuis representa, como em outras obras do autor, uma construção composta de elementos geométricos que se repetem tanto na figura do castelo quanto no fundo, ambos delimitados por um arco abatido no espaço da composição. Sobre essa obra, Nise da Silveira escreve que "os volumes rigorosamente definidos desconhecem as mutáveis manifestações vitais, e quando o fundo geométrico esboça tendências a esvanecer-se, um arco forte contorna no alto a construção como para segurá-la no espaço" (SILVEIRA, 2015, p.30).

O trabalho de GTO faz parte de uma sequência de esculturas chamada "Roda Viva": mandalas composta de figuras antropomórficas que sustentam umas às outras para compor o todo da figura. A mandala é uma figura importante para o trabalho com base jungiana desenvolvido por Nise da Silveira, que afirma ser a composição de um *self*, uma compreensão do Eu, que quando em conflito com o inconsciente produz cisão e sofrimento para os esquizofrênicos: "O *self* é o princípio e arquétipo da orientação e do sentido: nisso reside sua função curativa" (JUNG, 1963 apud SILVEIRA, 2015, p.60).

Por fim, o quadro de Emygdio de Barros é uma representação de caráter expressionista de um vaso com flores, com cores saturadas e traço forte, em que predomina a abstração, estilização e geometrismo, características observadas por pesquisadores e citadas por Silveira como comuns a esquizofrênicos em um processo de desligamento do mundo real e dissolução da realidade (SILVEIRA, 2015). Em relação à Arte Bruta, Musgrave diz:

Trata-se de uma manifestação criativa espontânea, de formidável intensidade, muitas vezes perturbadora, por expressar as profundezas ocultas da psique — o *outsider* que há dentro de nós —, de uma forma que a arte profissional não faz. É uma arte essencialmente destituída de estereótipos culturais. (MUSGRAVE apud AMARANTE, 1989, p.293).

A legitimidade que as obras atingiram ao serem expostas em espaços artísticos renomados possibilitou a amplificação das vozes e das imagens destes sujeitos marginalizados. O reconhecimento do valor artístico em suas obras, para além de uma análise patológica de sintomas de suas doenças, significa reconhecer a existência de uma pulsão configurada de imagens que sobrevivem, é reconhecer a humanidade no sujeito louco. O Museu das Imagens do Inconsciente é um exemplo de uma instituição que combate as práticas biopolíticas dos hospitais psiquiátricos, que coagiram e excluíram sujeitos em sofrimento psíquico, para valorizar sua vida e subjetividade.





CONCLUSÃO

O espaço arquitetônico está relacionado às práticas de poder e de saber da sociedade, que produzem subjetividades nos indivíduos inseridos na mesma. Como dito anteriormente, a arquitetura é a encarnação simbólica da ordem social que organiza a ética e estética da sociedade.

A análise de saberes diferentes perante as instituições mostra como as práticas do poder agem no espaço. Machado de Assis apresenta uma perspectiva crítica do enaltecimento excessivo da razão, como luzes demais que cegam o indivíduo sobre a realidade e fazem-no pressupor-se superior ou detentor de uma verdade de valores sobre os demais.

O Hospital-Colônia de Barbacena revela as interferências políticas e econômicas a que as instituições estão sujeitas, sendo influenciadas e usadas como exclusão de indivíduos à margem da moral. Estes são coagidos a se inserir em uma subjetividade hegemônica, assim como atender a um sistema financeiro que se utiliza de corpos, vivos ou mortos, para atingir o lucro máximo.

O Hospital do Engenho de Dentro, e posteriormente Museu das Imagens do Inconsciente, evidencia a mudança possível no modo de se agir sobre o espaço e de ressignificá-lo para emancipar os usuários. Desta forma, eles podem agir por si ao invés de estarem sujeitos a um poder que conduza suas condutas.

A compreensão da importância política da arquitetura nos aproxima das falas de Rem Koolhaas sobre sua

ideia de "espaço-lixo" (*junkspace*) que é projetado com ausência de crítica e com o objetivo de atender a anseios econômicos. Algo que a arquitetura deveria combater pelo impacto ambiental e político em escala global:

O *junkspace* será nossa tumba. Metade da humanidade polui para produzir, a outra metade polui para consumir. A poluição somada de todos os carros, motos, caminhões, ônibus, fábricas clandestinas, é insignificante em comparação com o calor gerado pelo *junkspace*. O *junkspace* é político: depende da eliminação da capacidade crítica em nome do conforto e do prazer. (KOOLHAAS, 2014, p.212).

Para combater o "espaço-lixo" e se libertar dessa tumba, o arquiteto deve exercer um ato de *parresía*, termo grego resgatado por Michel Foucault que designa a coragem de dizer a verdade, de se falar com franqueza. Uma das características fundamentais da *parresía* é do destemido de confrontar o poder com a verdade estando em uma posição subordinada. É se expor, é estar sujeito a punição ao pronunciá-la. A intenção do *parresiasta* é de defender a liberdade e por ela estar disposto a tudo:

É abrir para quem diz a verdade um certo espaço de risco, é abrir um perigo em que a própria existência do locutor vai estar em jogo. (FOUCAULT, 2010, p.55).

NOTAS

1. Este ensaio é um recorte da pesquisa realizada no Trabalho Final de Graduação (TFG) intitulado "Espaço em desatino: poder, estética e transgressão".
2. Apesar do pequeno impacto à época, as fotografias de Luiz Alfredo ilustram o livro e o documentário de Arbex, originados de suas matérias jornalísticas e que lhe renderam o Prêmio Esso de Jornalismo em 2012.

CRÉDITO DAS IMAGENS

Internos eram submetidos a condições sanitárias extremamente precárias. Fotos de Luiz Alfredo. Disponível em: <www.vice.com/pt/article/ezgpmj/o-luiz-alfredo-fotografou-o-holocausto-brasileiro>. Acesso em: set. 2020.

Leitos com camas cobertas com capim substituindo colchões. Fotos de Luiz Alfredo. Disponível em: <www.vice.com/pt/article/ezgpmj/o-luiz-alfredo-fotografou-o-holocausto-brasileiro>. Acesso em: set. 2020.

Internos do Hospital-Colônia de Barbacena. Fotos de Luiz Alfredo. Disponível em: <www.vice.com/pt/article/ezgpmj/o-luiz-alfredo-fotografou-o-holocausto-brasileiro>. Acesso em: set. 2020.

"Sem título" de Carlos Pertuis (1952). Reprodução fotográfica Humberto Moraes Francheschi. Disponível em: <enciclopedia.itaucultural.org.br/obra11567/sem-titulo>. Acesso em: set. 2020.

"Roda Viva" de Geraldo Telles de Oliveira (GTO) de 1970. Disponível em: <arteemterblog.blogspot.com/2010/04/gto-escultor-mineiro-de-itapecerica.html>. Acesso em: set. 2020.

"Sem Título" de Emygdio (1971). Disponível em: <macariocampos.blogspot.com/2013/04/raphael-e-emygdio-dois-modernos-no.html#axzz6Yrk8r8LH>. Acesso em: set. 2020.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, Leonor. **As Bienais de São Paulo 1951-1987**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1989.
- ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração, 2013.
- ASSIS, Machado. **O alienista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- CORBANEZI, Elton Rogério. **A Episteme (Des) Silenciadora da Loucura**. 2006. Monografia (Graduação em Ciência Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A História da loucura**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre cidade**: Espaço-Lixo. Barcelona: GG, 2014.
- PASSETTI, Dorothea. A atualidade de dubuffet: cultura asfixiante. **Verve**. Revista Semestral autogestionária do Nu-Sol, PUC-SP, n.16, p.150-165, 2009.
- RITTER, Vivian Fetzner. O Espaço e a biopolítica. **Política**, Revista de Ética e Filosofia Política, São Paulo, v.1, n.2, p.112-137, jan. 2014.
- SILVEIRA, Nise da. **Imagens do inconsciente**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- WISNIK, Guilherme. **Dentro do nevoeiro**. São Paulo: Ubu, 2018.

SOBRE O AUTOR

Arquiteto e urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2019.

gabrielgranado.arq@gmail.com